

REGIMENTO DA
CÂMARA MUNICIPAL
DE TORRES NOVAS
QUADRIÉNIO
2017/2021

REGIMENTOmunicípiodetorresnovas

RM

Artigo 1.º **Reuniões**

1. As reuniões podem ser ordinárias e extraordinárias;
2. As reuniões ordinárias terão periodicidade quinzenal, realizando-se nos dias previamente fixados, passando para o primeiro dia útil imediato quando coincidam com feriado;
3. As reuniões ordinárias serão, alternadamente, públicas e privadas, com caráter deliberativo;
4. As reuniões ordinárias terão início às 15 horas e final às 18 horas, às terças-feiras, podendo a câmara deliberar o seu prolongamento pelo período que entender;
5. As reuniões realizam-se nos Paços do Concelho;
6. Poderão, sempre que se julgue conveniente, ser realizadas reuniões descentralizadas.

Artigo 2.º **Direção dos trabalhos**

1. A direção dos trabalhos é assegurada pelo presidente;
2. Na ausência ou impedimento do presidente, a condução dos trabalhos é assegurada pelo vice-presidente, cabendo-lhe exercer as competências legais do presidente;
3. Das decisões sobre a direção dos trabalhos cabe recurso para o plenário, a apreciar imediatamente após a sua interposição.

Artigo 3.º **Ordem do dia**

1. A ordem do dia é tornada pública com pelo menos cinco dias seguidos de antecedência, através de edital e no sítio eletrónico da Câmara Municipal e enviada pelo meio mais adequado à vereação;
2. Com a ordem do dia estarão disponíveis todos os documentos que habilitem os/as vereadores/as a participar na discussão das matérias dela constantes;
3. Quando a ordem do dia incluir as propostas de Orçamento do Município e Grandes Opções do Plano, estas serão distribuídas à vereação com, pelo menos, 10 dias de antecedência, sempre que possível;
4. Sempre que os assuntos em agenda o justificarem, quer pela sua complexidade, quer pelo seu impacto na vida do município, deve o presidente da câmara ou os/as vereadores/as com competências na matéria, fazer uma apresentação prévia à vereação, antes de o assunto ser agendado para deliberação.

Artigo 4.º **Quórum**

1. Se, trinta minutos após o previsto para o início da reunião, não estiver presente a maioria dos/das vereadores/as, considera-se que não há quórum, devendo desde logo proceder-se ao registo das presenças, à marcação das faltas e à elaboração da ata;
2. Verificando-se a situação prevista no número anterior, a nova reunião, a designar pelo presidente da câmara, será convocada com, pelo menos, quarenta e oito horas de antecedência, por meio de edital e carta com aviso de receção ou através de protocolo.

Artigo 5.º **Períodos das reuniões**

1. Em cada reunião ordinária, há um período designado de “Antes da Ordem do Dia” e outro designado de “Ordem do Dia”;
2. Nas reuniões públicas, há um período destinado à “Intervenção do Público”;
3. Nas reuniões extraordinárias, não haverá lugar a período de “Antes da Ordem do Dia”.

Artigo 6.º **Período de “Antes da Ordem do Dia”**

1. O período de “Antes da Ordem do Dia” tem a duração máxima de 1 hora, prorrogável por mais 30 minutos, e destina-se ao tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico. Esta prorrogação será aprovada pela Câmara;
2. Aberta a reunião, o presidente dará conhecimento de todos os assuntos importantes inerentes à sua função, bem como das ocorrências municipais de relevo;
3. O período restante é destinado a intervenções da vereação, à prestação de informações e esclarecimentos pelo Presidente ou por quem ele indicar e pelos Vereadores com delegação ou subdelegação de competências, bem como à discussão de quaisquer informações escritas previamente distribuídas.

Artigo 7.º **Período da “Ordem do Dia”**

1. O período da “Ordem do Dia” inclui um período de apreciação e votação das propostas constantes da ordem do dia e das que forem apresentadas nos termos do n.º 2 do presente artigo;
2. Até à votação de cada proposta podem ser apresentadas, sobre o mesmo assunto, propostas escritas ou não e devidamente fundamentadas de facto e de direito, que serão simultaneamente discutidas e votadas;
3. Os subscritores de cada proposta dispõem de 10 minutos para a apresentar dispondo cada membro de 5 minutos no total para a respetiva análise, discussão, pedidos de esclarecimento e protesto;
4. O tempo disponível para cada membro da câmara poderá ser cedido a outro;
5. Havendo várias propostas de deliberação sobre o mesmo assunto, pode o presidente, por sua iniciativa ou por solicitação de qualquer vereador/a, suspender a reunião pelo período máximo de 15 minutos;
6. Reaberta a reunião, proceder-se-á de imediato à votação das propostas existentes.

Artigo 8.º

Período de “Intervenção do Público”

1. O período de “Intervenção do Público” tem a duração de 45 minutos, podendo ser prorrogado, e decorre no início da reunião;
2. Os/as cidadãos/ãs interessados/as em intervir para solicitar esclarecimentos concretos terão de fazer a sua inscrição no Gabinete de Apoio à Presidência, com a antecedência de 8 dias, referindo nome, morada e assunto a tratar. Os/as restantes cidadãos/ãs inscrevem-se no próprio dia.

Artigo 9.º

Intervenção dos representantes das juntas de freguesia

A câmara ouvirá, no início da reunião, os/as representantes das juntas de freguesia do concelho, por um período de 30 minutos. Este tempo será dividido, em partes iguais, pelas juntas de freguesia presentes.

Artigo 10.º

Formas de votação

1. As deliberações são tomadas por votação nominal e de braço no ar, salvo se o regimento estipular ou o órgão deliberar, por proposta de qualquer membro, outra forma de votação;
2. As deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto e, em caso de dúvida, o órgão delibera sobre a forma da votação;
3. Havendo empate em votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a reunião seguinte, procedendo-se a votação nominal se na primeira votação desta reunião se repetir o empate;
4. Quando necessária, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto é feita pelo presidente após a votação, tendo em conta a discussão que a tiver precedido;
5. É admitida a votação de propostas em alternativa.

Artigo 11.º

Reuniões públicas

1. Haverá uma reunião pública em cada mês, sendo alternada com uma reunião privada;
2. A câmara pode deliberar a realização de outras reuniões públicas;
3. A deliberação referida no número anterior será publicada em edital afixado nos lugares de estilo.

Artigo 12.º

Declarações de voto

Qualquer vereador/a poderá apresentar declarações de voto, as quais serão apresentadas por escrito até 48 horas após a reunião, a fim de constarem na respetiva ata.

Artigo 13.º

Pedidos de esclarecimento

Os pedidos de esclarecimento devem ser formulados logo que finde a intervenção que os suscitou, sendo respondidos por ordem de inscrição.

Artigo 14.º

Protestos

A cada vereador/a, sobre a mesma matéria, só é permitida a apresentação de um protesto.

Artigo 15.º

Atas

1. Será lavrada uma ata onde se registre o que de essencial tiver ocorrido na respetiva reunião;
2. Da ata constará, designadamente, a data e o local da reunião, a identificação dos/as vereadores/as presentes, as faltas dadas, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas sobre propostas, moções e requerimentos, a forma e o resultado das votações, as declarações de voto e ainda o fato da ata ter sido aprovada;
3. As atas constituem documentos autênticos que fazem plena prova, nos termos da lei. Das atas podem ser passadas, a pedido dos interessados, certidões ou fotocópias autenticadas, nos termos dos artigos 62.º e 63.º do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 16.º

Publicidade

As deliberações tomadas pela Câmara Municipal devem ser objeto de divulgação destacada no sítio oficial da Câmara Municipal.

Artigo 17.º

Vereadores/as da oposição

São garantidas aos vereadores/as da oposição sem pelouro todas as condições para o exercício das suas funções, nomeadamente, acesso às informações que solicitarem, consulta de processos e, sempre que possível, um local de trabalho e de atendimento à população.

